

NOTÍCIAS AFRICANAS 67

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 11 A 17 DE JULHO DE 1994

NESTA EDIÇÃO

- Luís Cabral: "A Guiné é o país da mentira" 2-8
- A presença do factor étnico 8
- Oposição conquista Bissau 9
- Guineenses votaram à meia-noite 10
- Visita de Mitterrand 10
- Caos ou fraude? 12
- Uma semana de espera 12
- O país do PAIGC 13
- França projecta-se na África Austral 14

ÁFRICA DO SUL

Com Mandela, arma é a diplomacia

A série exaustiva de 30 encontros em apenas um dia na recente reunião da OUA em que a África do Sul foi admitida como membro da organização revela a dimensão do prestígio internacional de Nelson Mandela. Esse fato, somado à reintegração da África do Sul à ONU, após 20 anos de exclusão, e ao previsível retorno à *Commonwealth*, evidencia o apoio da comunidade internacional ao governo de coalizão sul-africano.

No caso da OUA, existem grandes esperanças de que, exercendo todo o seu peso de potência regional, a África do Sul consiga mediar exitosamente o conflito interno angolano e garantir uma transição pacífica em Moçambique. Embora Savimbi não tenha sido convidado para a posse de Mandela – o que foi identificado como mais um exemplo de isolamento internacional da Unita –, a intervenção do líder sul-africano é encarada como a melhor chance para a superação dos impasses da crise angolana nas

prolongadas negociações de paz conduzidas pela ONU.

Investimentos franceses – Ainda no plano diplomático, regista-se a visita do presidente francês François Mitterrand à África do Sul. Além do júbilo pelo êxito da transição sul-africana, os franceses desejam apoio para suas ações na guerra civil de Ruanda.

A oportunidade da visita foi sugerida na recente reunião da internacional Socialista, à qual Mandela esteve presente, mas os possíveis efeitos positivos estendem-se para além do fato em si. A presença na comitiva francesa dos titulares das pastas de Economia e Cooperação revelam que a África do Sul é uma opção real para os investimentos externos franceses. Até o final de 1994, está previsto o aporte de 170 milhões de francos na África do Sul.

Roquinaldo Amaral Ferreira
(Pesquisador da CEAA)

MOÇAMBIQUE

FMI apóia plano de estabilização e libera US\$ 42 milhões

O Fundo Monetário Internacional acaba de conceder luz verde para o programa de estabilização da economia moçambicana para 1994-1995. O governo receberá em duas parcelas iguais o montante de US\$ 42 milhões. Esse crédito adicional se destina a manter o apoio ao quarto programa anual de reforma econômica e financeira, com o claro objetivo de reforçar a balança de pagamentos e melhorar as perspectivas de crescimento.

Segundo dados do Banco Mundial, em 1993 o já frágil setor industrial moçambicano decresceu 7%, enquanto houve crescimento nos setores de construção (7%), comércio e serviços (34,5%), transporte e comunicações (16,7%) e agricultura (21,3%).

No setor agrícola, os dados confirmaram ainda que os níveis de vida e de produtividade continuam baixos, mas também que o retorno de milhares de camponeses ao campo já trouxe consideráveis benefícios à produção em geral e ao autoconsumo alimentar (*Mediafax* 530, de 20 de junho).

Apesar dessa aparência de pequenas melhoras, ainda falta muito para que uma mudança significativa assegure o pleno restabelecimento da produção de alimentos e de culturas de exportação (como a de copra, algodão e caju). A estratégia do Ministério da Agricultura para o setor familiar envolve, entre outras medidas, a execução de programas de extensão agrária; o aporte de recursos financeiros para facilitar o acesso a novas tecnologias; o fortalecimento de pequenas indústrias de implementos agrícolas leves, como charruas de tração animal, enxadas, catanas e machados; e a criação de mecanismos que assegurem a comercialização dos excedentes e de produtos demandados pelos camponeses, setor composto em grande parte por agricultores pouco escolarizados ou mesmo analfabetos.

Outro plano do ministério consiste em produzir, com o auxílio de investimentos estrangeiros (sul-africanos, portugueses e ingleses e de outros países), nos próximos dez anos um

eficiente setor privado à frente de uma agricultura moderna de exportação.

O imediato restabelecimento das bases econômicas e sociais de sobrevivência e reprodução é de suma importância para o país. Somente assim pode-se prever que Moçambique em futuro próximo ultrapassará a situação de extrema pobreza e de dependência da ajuda alimentar externa. Para tanto, além da necessária integração entre cultura e desenvolvimento, o país precisará cada vez mais de apoios, trocas de experiências e de capital.

Espera-se que boa parte dessas carências seja suprida no seio da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, na qual o Estado, as empresas e universidades brasileiras podem vir a ter papel significativo. E que as ações de cooperação institucional (entre agentes públicos) sejam seguidas pela iniciativa privada.

Edson Borges
(Pesquisador do CEAA)

LUÍS CABRAL

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

EXPRESSO, 2.7.94

Entrevista de JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA/ANTÓNIO LOJA NEVES

EXPRESSO — Quando lançou o seu livro de memórias Crónica da Libertação, em 1984, prometeu mais dois. Até agora, não cumpriu a promessa. O que o levou a interromper as suas memórias?

LUÍS CABRAL — O livro foi escrito quando estava preso em Bissau, aproveitando o papel que me levavam para responder às questões escritas que me foram apresentadas antes dos interrogatórios. Ia escondendo as folhas... Era possível escrever sobre o período desde o início da luta até ao assassinio de Amílcar Cabral só com base nas minhas recordações.

EXP. — O livro foi escrito enquanto esteve preso?

L.C. — Sim, na prisão da Amura — numas instalações que arranjaram lá, com uma sala, um quarto, uma sala de jantar e uma casa de banho.

EXP. — As novas autoridades, que o depuseram, tinham conhecimento de que estava a escrevê-lo?

L.C. — Não. Escrevia sentado no chão, a um canto do quarto; quando batiam à porta atirava os escritos para debaixo da cama. Quando comecei a escrever deixei de me sentir só. Escrevi-os durante pouco mais de seis meses.

EXP. — Como é que conseguiu fazê-los sair da prisão?

L.C. — Estiveram em risco de se perder. Pensei em escondê-los no interior de um televisor que me tinham levado de casa — mas quando saí da prisão eles ficaram com o aparelho. Optei por colocá-los num saco com fundo falso, da Swissair. Passou com a minha mulher, Josefina.

EXP. — Quanto tempo esteve detido?

L.C. — Treze meses. Primeiro, estive na residência dos hóspedes do Governo, depois transferiram-me para a fortaleza da Amura, com a família, que esteve comigo durante três meses e meio, até que começaram os interrogatórios e me isolaram. A minha filha Marilena aprendeu a andar na prisão.

EXP. — Na altura em que foi preso fizeram-lhe alguma acusação formal?

L.C. — Absolutamente nenhuma. Tenho comigo um documento com as questões escritas que me colocaram e as minhas respostas.

EXP. — Nessas perguntas deviam estar subjacentes críticas.

L.C. — Uma das grandes acusações que me fizeram era de não ter autoridade, que os ministros da Defesa e do Interior faziam o que queriam.

EXP. — Quem conduziu os interrogatórios?

L.C. — João Cruz Pinto, então um dos civis mais próximos do Conselho da Revolução.

EXP. — Que era procurador da República.

L.C. — Mas que estava ali mais como conselheiro da revolução, nomeado pelos golpistas. Quem presidiu à comissão do interrogatório foi Iafai Kamará.

ASSASSÍNIO DE AMÍLCAR CABRAL

EXP. — Cruz Pinto tinha sido suspeito de envolvimento no assassinio de Amílcar Cabral...

L.C. — Não um dos principais, mas é verdade que foi suspeito. Aliás, ele foi deslocado para o Boé, por uma questão de segurança e controlo, mas nunca foi preso — esteve com residência fixa para averiguações, mas logo de seguida libertado. No final da guerra foi até aproveitado como procurador-geral da República.

EXP. — E, mais tarde, presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

L.C. — Exacto.

EXP. — Osvaldo Vieira também foi um dos suspeitos. No mesmo plano de Cruz Pinto?

L.C. — Talvez um bocado mais. Ele era um dos principais dirigentes do partido, e houve suspeitas tão graves que, depois do II Congresso (onde o tema dominante foi o assassinio do Amílcar), esteve com residência fixa em Cundara, para permitir à Segurança prosseguir o inquérito sobre o seu comportamento.

EXP. — Ele era primo de «Nino» Vieira. Esse parentesco levou a que se especulasse sobre o eventual envolvimento de «Nino» no «complot».

L.C. — Não. Foi coisa que não se admitiu na altura.

EXP. — E hoje, o que é que pensa?

L.C. — Não gosto de fazer afirmações desse género em torno de suspeitas infundadas. Só se pode afirmar que as palavras de ordem do golpe de Estado, analisadas em profundidade, foram as mesmas que as utilizadas na altura do assassinio de Amílcar. Isso é uma verdade. Mas a pessoa de «Nino» Vieira não foi posta em causa na altura do assassinio; no congresso, ele próprio concordou com a residência fixa imposta a Osvaldo.

EXP. — O que levou a essa decisão?

L.C. — É um facto que nunca foi tornado público. Um dos documentos fundamentais que levou o congresso a tomar essa decisão foi uma pequena carta escrita por um dos assassinos, João Tomás, dirigida a Osvaldo Vieira, aquando da sua passagem na fronteira leste, para onde os suspeitos foram enviados — uma vez que Sékou Touré não permitiu que os interrogássemos em Conacri. Quando Tomás passou pelo quartel de Cundara, escreveu a carta ao Osvaldo dizendo que as coisas estavam arrumadas, que seriam conduzidos à fronteira e que estariam lá à espera dele. A carta foi passada a um oficial da Guiné-Conacri do quartel de Cundara, que tomou a decisão de a entregar a Otto Shacht, membro do Comité Executivo da Luta e responsável pela Segurança do PAIGC.

EXP. — Viu esse documento?

L.C. — Já não me lembro bem. Nem todos os documentos chegaram às mãos dos altos dirigentes.

NA VÉSPERA DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS NA GUINÉ-BISSAU, LUÍS CABRAL REVELA FACTOS DESCONHECIDOS DA HISTÓRIA DO PAÍS. E NÃO POUPA NINO VIEIRA NEM ARISTIDES PEREIRA

EXP. — A carta confirmava...

L.C. — Confirmar não digo, mas era comprometedor. Se provasse a sua cumplicidade directa na morte de Amílcar, não teríamos reabilitado o Osvaldo Vieira depois da sua morte.

O II CONGRESSO ELEGE ARISTIDES

EXP. — O II Congresso realiza-se sob uma grande tensão...

L.C. — O congresso já tinha sido anunciado pelo próprio Amílcar na sua mensagem de Ano Novo, em Janeiro de 73. Realizámo-lo também com a missão de escolher o novo secretário-geral.

EXP. — Há quem diga que a delegação do Norte (de que era responsável) veio para o congresso numa postura de guerra, armados?

L.C. — Isso tem o seu fundamento. Os homens que participaram, directa ou indirectamente, no golpe de Conacri que conduziu ao assassinio do Amílcar — eram, se não estou em erro, 70 ou 80 pessoas — eram quase todos do Sul e alguns do Leste. Por isso, decidimos — ao nível da direcção máxima da Frente Norte — reforçar a segurança do congresso, com a presença de militares do Norte. Foi o que fizemos, com um grupo bastante forte de homens armados.

EXP. — Não havia entre os responsáveis pelo assassinio ninguém ligado à Frente Norte?

L.C. — Que eu saiba, não.

EXP. — Todos guineenses...

L.C. — Bem, também havia alguns de origem cabo-verdiana. Estavam sempre juntos, para o bem e para o mal!

EXP. — Mas a predominância de guineenses pode ser entendida como reflexo das fricções já existentes.

L.C. — Não. Se a luta estava a ser travada em solo guineense, é natural que houvesse entre os nossos efectivos uma maioria de guineenses. Mas a nível da direcção do partido houve sempre uma proporção em função das populações.

EXP. — É um acaso que a maioria dos autores do assassinio de Amílcar fosse guineense?

L.C. — Penso que era normal, sendo dessa origem a maioria esmagadora dos combatentes sediados em Conacri. Quando estive a discutir esta questão com o Presidente Boumediene, da Argélia, ele disse-me que a retaguarda desgasta o combatente, cria-lhe vícios. Os nossos combatentes em Conacri viviam na abundância, enquanto a população da cidade passava a maior penúria. Os indivíduos com acesso aos nossos armazéns desviavam bens destinados a abastecer as nossas Forças Armadas para vendê-los no mercado local...

Continua na pág. 3

Continuação da pág. 2

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

EXP. — O congresso elegeu Aristides Pereira para secretário-geral e a si secretário-geral-adjunto. Foi uma solução emergente do próprio congresso?

L.C. — Já estava antecipadamente decidido. O desaparecimento de um líder como o Amílcar tornava a sua substituição muito difícil. A decisão não podia ser tomada de ânimo leve. Houve uma corrente no seio do partido que falou na necessidade de um dirigente que fosse autenticamente guineense...

EXP. — O nome de «Nino» apareceu nessa altura. Fidélis Almada chegou a propô-lo.

L.C. — Sim. Mas nas reuniões em que participei — e foram todas presididas por mim, pois o Aristides Pereira não pôde participar no período de preparação do congresso, pois estava em Moscovo em tratamento, incapacitado —, defendi sempre o princípio de que qualquer dirigente podia candidatar-se ao cargo. Só que essa candidatura não poderia basear-se no facto de ser genuinamente guineense ou cabo-verdiano. Isso criou grandes perturbações, mesmo no seio dos combatentes de Cabo Verde, que se sentiram discriminados. Criou-se então uma atmosfera muito tensa. Depois de discutir com os outros companheiros da direcção, incluindo o «Nino», chegámos à conclusão que o Aristides era o homem que fisicamente estava mais próximo de Amílcar...

EXP. — É apenas essa qualidade que o leva ao cargo de secretário-geral?

L.C. — Apenas isso.

EXP. — A luz da História, acha que Aristides Pereira era a pessoa com o perfil mais adequado para a liderança após a morte de Amílcar?

L.C. — Na altura, pensámos que sim. Mas, depois de se ter demitido das suas responsabilidades, enquanto secretário-geral do partido, a seguir ao golpe de Estado na Guiné, pergunto-me se ele era a pessoa indicada.

CHEGADA A BISSAU: A TOMADA DO PODER

EXP. — Quando é que chegou a Bissau?

L.C. — A 19 de Outubro, depois da saída do último governador colonial.

EXP. — As tropas portuguesas já tinham saído?

L.C. — Todas. Pus isso como condição. Fizem-nos o convite para entrarmos em Bissau e noutras cidades, mas eu disse que era chefe de um Estado soberano e não podia coabitar com o governador colonial.

EXP. — Que era o brigadeiro Carlos Fabião.

L.C. — Com quem tínhamos as melhores relações e nos visitou, por duas vezes, na mata, depois do 25 de Abril. A primeira, foi para assistir à comemoração do primeiro aniversário da proclamação do Estado, coisa absolutamente original em todas as lutas de libertação africanas e talvez de todo o mundo!

EXP. — E a segunda vez?

L.C. — Foi quando me veio pedir apoio, pois havia confusões em Bissau, com muita gente a apresentar-se como do PAIGC e a exigir coisas nas lojas. Compreende-se bem:

A vingança de Sékou Touré

AS RELAÇÕES entre o Presidente da República da Guiné-Conacri, Sékou Touré, e o PAIGC, que tinha o seu quartel-general instalado na capital daquele país, nem sempre foram fáceis.

Momentos houve em que o líder da antiga colónia francesa não hesitou em recorrer à intriga. Luís Cabral recorda que, nas vésperas do II Congresso do PAIGC, em Julho de 73, «o Presidente Sékou Touré enviou uma mensagem a 'Nino' Vieira, através do ministro-residente em Boké, dizendo que tomasse cuidado, porque eu e o Chico Mendes íamos dar um golpe contra ele e o Aristides Pereira. O 'Nino' recebeu a carta, mostrou-a ao Aristides, que foi ter comigo. Lembro-me bem da frase dele: 'O que é que este indivíduo quer?'»

Esta foi uma das muitas tentativas (porventura a mais chocante) de interferência de Sékou Touré na vida interna do PAIGC. É certo que, como reconhece o ex-Presidente, desde 1960 que «os nossos interesses sempre estiveram ligados aos do regime de Sékou Touré, que nos garantia a retaguarda principal da luta». Com o assassinio de Amílcar Cabral, em 20 de Janeiro de 73, Sékou Touré, já em plena decadência política, «deve ter ficado convencido de que poderia finalmente influenciar o partido. Antes, defrontava-se com a personalidade do Amílcar, que se encontrava no apogeu da sua carreira política em África — ele era, incontestavelmente, uma das personalidades mais marcantes da vida africana, o porta-voz dos movimentos de libertação».

Já depois de o PAIGC ter tomado o poder em Bissau, as relações entre as duas vizinhas Guiné nem sempre foram pacíficas. A verdade é que, durante anos, Sékou Touré alimentou, mesmo publicamente, o sonho de uma «grande Guiné». Talvez por isso se tenha negado «totalmente a discutir connosco as fronteiras marítimas, com frases tão ridículas como 'a fronteira da Guiné-Conacri acaba em Bissau e a fronteira da Guiné-Bissau acaba em Conacri'. Ou então queria impor a definição das fronteiras marítimas através de linhas paralelas».

Pouco antes do golpe de Novembro de 80, Sékou Touré voltou a fazer das suas: «Ele mandou fazer uma queixa na Assembleia Nacional da Guiné-Bissau» contra o próprio Presidente Luís Cabral. Tudo isto porque «queriam mandar helicópteros para a nossa zona territorial,

para as ilhas (em apoio de pesquisas através de satélite), e nós não aceitámos». Habitado a não ser contrariado, para mais pelos seus antigos hóspedes, Sékou Touré «escreveu ao próprio 'Nino' Vieira, que era o presidente da Assembleia, para apresentar a queixa. Eu estava na Suécia. O 'Nino' mandou o Manecas dos Santos ter comigo e comunicou ao Aristides Pereira, enquanto secretário-geral do partido. Tive de regressar imediatamente a Bissau e fomos a Cabo Verde para discutir a questão com o secretário-geral do PAIGC». A queixa, porém, não chegou a ser formalizada. «Deixámo-la na gaveta.» Ao mesmo tempo, Bissau tomou medidas de defesa e de dissuasão: «Pusemos tropas na fronteira, barcos de guerra, canhões, sempre com a recomen-



dação de que só podiam dar tiros com a minha autorização, mesmo que o inimigo disparasse primeiro. Montámos um dispositivo para mostrar que não estávamos a brincar.»

Meses depois, «Nino» Vieira derrubaria Luís Cabral e tomaria o poder em Bissau. Sékou Touré parece ter rejubilado. O Presidente deposto soube do que se passava através da Rádio-Conacri, que noticiou o golpe «no meio de uma grande festa, pois o Sékou Touré era contra mim».

Bem diferentes, para melhor, foram as relações com o outro vizinho — o Senegal. «Depois da independência, os contactos com o Presidente Senghor foram sempre muito fáceis e cordiais.»

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

naqueia altura, o soldado português não estava para ter mais problemas, queria era ir-se embora, e o africano que estivera ligado ao Exército Português ou às milícias sentia-se complexado diante daquela avalanche de sentimento nacionalista. O governador Carlos Fabião foi ver-me ao Boé e disse uma frase interessante: «Só temos problemas com os seus militantes do 26 de Abril!» E era verdade. Pediu que eu mandasse gente para garantir a segurança geral da cidade, não só dos portugueses. Enviámos mil homens, conduzidos pelo Constantino Teixeira, que depois foi ministro do Interior.

EXP. — O general Spínola manifestou o desejo de visitar a Guiné depois do 25 de Abril. Porque é que não aceitou?

L.C. — Porque a intenção era dar-nos a independência — e nós não poderíamos aceitar isso. Éramos um Estado reconhecido por mais de 80 países. Como é que ele poderia regressar à Guiné enquanto representante da potência colonial para nos dar a independência?

EXP. — Em 25 de Abril, quantos guerrilheiros é que o PAIGC tinha?

L.C. — Homens em armas, cerca de dez mil. Talvez um bocadinho mais, contando com as milícias populares. Na altura de fazermos o exército apareceram muito mais combatentes do que os que estavam no mato.

EXP. — Houve muito oportunismo?

L.C. — Sim, há sempre. Também havia o caso dos homens que tinham abandonado as nossas forças devido à dureza da guerra e que na altura se apresentaram em Bissau como combatentes.

PORTUGUESES PRESOS

EXP. — Quando toma posse como Presidente, defronta-se com o problema dos portugueses presos. Já afirmou mais de uma vez que não tinha conhecimento dessas detenções. Essas decisões passavam por quem?

L.C. — A Defesa e a Segurança.

EXP. — Chefiadas por quem?

L.C. — O «Nino» Vieira, na Defesa, e o Constantino Teixeira, na Segurança. Mas se essas pessoas foram presas é porque houve razões para isso. Nessa altura houve uma certa abertura da parte de antigos elementos ligados à Polícia portuguesa, que deram informações à nossa gente da Polícia.

EXP. — Vários portugueses foram seviciados, espancados e encostados ao paredão para fuzilamento — e ainda hoje não sabem porquê. Não teve conhecimento desses factos?

L.C. — Não. Eu não tinha conhecimento do que se passava na Polícia. A primeira vez que soube da existência de prisões subterrâneas na Guiné, deixadas pelas autoridades coloniais e que a nossa malta estava usando, foi quando um sobrinho meu foi preso e depois me veio contar. Há coisas que eu nunca soube.

EXP. — Quem é que utilizava isso?

L.C. — A Polícia.

EXP. — Mas «a Polícia» quem era?

L.C. — Todos: a Defesa e a Segurança em conjunto, em harmonia. Do ponto de vista operativo, como é normal num país que acaba de sair de uma guerra, a Defesa e a Segurança trabalhavam em conjunto.

EXP. — Portanto, o «Nino» Vieira e o Constantino Teixeira...

L.C. — Sim. Mas sempre quero dizer que há muita gente que foi presa num determinado contexto e que, quando é posta em liberdade, procura ampliar as coisas para se fazer de grande vítima e de mártir.

EXP. — Claro, mas isso não desmente as sevícias de que foram objecto.

L.C. — Não me posso pronunciar sobre isso...

14 NOVEMBRO 1980: O GOLPE DE ESTADO

EXP. — Quando é que soube do golpe contra si?

L.C. — Na madrugada do dia 15 de Novembro, na ilha de Bubaque, onde tinha ido descansar. Tínhamos tido um período bastante duro, com as reuniões do partido e da Assembleia, que aprovou o projecto de Constituição.

EXP. — Quem lhe comunicou que já não era Presidente?

L.C. — O meu cunhado, Francisco Coutinho, que foi ao meu quarto dizer-me.

EXP. — Foi apanhado de surpresa, ou alguma vez tinha admitido essa possibilidade?

L.C. — Completamente de surpresa. Nunca pensei que tal pudesse suceder. Esse foi o meu mal: nunca ter desconfiado dos companheiros. Não sou indivíduo para vigiar toda a gente. Nessa fase tinham aparecido algumas informações, ao nível da Segurança, sobre o relacionamento do «Nino» Vieira com pessoas que eram contra o partido: mandei sempre levar ao «Nino» Vieira esses relatórios...

EXP. — O próprio «Nino» era objecto de vigilância por parte da Segurança?

L.C. — Não, era outra gente que fazia chegar informações aos serviços de Segurança. Apareciam coisas sobre ele e vinham ter comigo. Eu mandava informá-lo sempre de tudo; achava que ele devia ter total conhecimento disso. Sempre parti do princípio que essas acusações não eram verdadeiras.

EXP. — Esses relatórios eram elaborados por quem e a mando de quem?

L.C. — Não havia relatórios: eram dados de gente que sabia de qualquer coisa e que comunicava aos nossos agentes da Segurança.

EXP. — Sempre teve cem por cento de confiança no «Nino» e nos homens da Segurança?

L.C. — Sim. Ao nível da Presidência nunca houve qualquer serviço de segurança paralelo ao do Estado.

EXP. — Que tipo de acusações é que lhe chegavam sobre o «Nino»?

L.C. — Uma vez, por exemplo, ele levou de Lisboa panfletos contra nós — e essa informação foi dada à Segurança. O «Nino» Vieira explicou que tinha sido um compatriota que se lhe dirigira no aeroporto, dizendo que tinha uma caixa de medicamentos para mandar urgentemente para Bissau e lhe pediu ajuda. Ele mandou entregar o embrulho ao Protocolo e, chegados a Bissau, descobriram que eram panfletos contra nós.

EXP. — Nunca levou a sério esse tipo de informações?

L.C. — Nunca.

EXP. — Mas devia tê-lo feito, pelos vistos...

L.C. — Isso é o que dizem hoje! Mas, para mim, com o meu temperamento, era difícil

ver-me num ambiente em que tivesse de desconfiar de todos, segui-los, controlá-los. Não se adapta à minha maneira de ser. Sinto-me bem por ter feito como fiz; isso ajuda-me, hoje, a estar como estou na vida e face a ela.

EXP. — Ficou logo preso em Bubaque.

L.C. — Não. Falei com o «Nino» Vieira...

EXP. — Por telefone?

L.C. — Sim. Mandei o governador de Gabu, Lai Seck, telefonar para Bissau a saber o que é que havia, porque tínhamos sabido a notícia através da rádio de Conacri, pois a nossa Rádio Nacional não dizia nada, só dava marchas militares.

EXP. — O que é que disseram um ao outro ao telefone?

L.C. — Perguntei primeiro pela minha filha, que tinha ficado em Bissau.

EXP. — Tinha havido problemas com ela?

L.C. — Não, nenhuns. A seguir, eu perguntei: «Então, muitas notícias?»: ao que ele respondeu: «Sim, sim. Mas o camarada pode ter confiança em mim.» Eu disse-lhe: «O «Nino», não será a partir de hoje que eu vou passar a ter confiança em ti!» Foi assim.

ÚLTIMO ENCONTRO COM «NINO» VIEIRA

EXP. — Quando foi para Bissau?

L.C. — Passámos aquela noite em Bubaque e no dia seguinte vieram buscar-nos para a capital. Ainda em Bubaque tive a hipótese de sair, de fugir de avião. Tinha homens armados que vieram pedir-me ordens, tinha um barco de guerra no porto... Mas sosseguei-os, afirmei que íamos esperar para ver. Foi quando entraram em contacto comigo de Bissau, através do Lai Seck, para que eu indicasse um país que se responsabilizasse por mim, para mandarem o embaixador buscar-me a Bubaque, pois não queriam que houvesse derramamento de sangue...

EXP. — O que é que decidiu?

L.C. — Estive hesitante entre Portugal e Cuba. Optei por Cuba. Pensei: os cubanos devem ter influência nas Forças Armadas e são capazes de ter mais mão sobre as pessoas. Foi preciso esperar um dia para que o Fidel desse autorização. Aceitou, na condição de eu ser libertado imediatamente. O embaixador cubano foi buscar-me a Bubaque, em helicópteros com bandeiras brancas. Quando cheguei a Bissau, à Base Aérea, prenderam-me dentro do carro da Embaixada de Cuba.

EXP. — Foi preso por quem?

L.C. — Não me lembro... Quando me detiveram, disseram que o «Nino» estava na base e me queria ver. Em seguida, levaram-me para a residência dos hóspedes do Estado, dizendo que podia receber quem quisesse. Já não me deixaram sair: deveria seguir na quarta-feira, dia 19, no voo da TAP para o Sal, mas já não me deixaram. Não sei o que os levou a mudar de ideias.

EXP. — Ficou formalmente detido.

L.C. — Primeiro, numa residência, mais tarde no forte da Amura com a minha mulher e a minha filha Marilena, de sete meses.

EXP. — Nunca mais falou com o «Nino»?

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

L.C. — Só na véspera da minha saída para Cuba, passado mais de um ano. Mandou que me tirassem da Amura e levaram-me para a casa de hóspedes, próxima do palácio, onde ele apareceu pelas 22 horas, com uma série de oficiais. Ele falou, mas a conclusão a que cheguei é que ele estava a falar para os oficiais e não para mim.

EXP. — Qual foi a tónica dessas palavras?

L.C. — Acusadoras. Acusava-me exactamente das coisas que tínhamos feito juntos.

EXP. — Que acusações lhe fez?

L.C. — Que eu pensei ter um grande exército comigo, sobre o projecto económico de Cumeré — coisas deste teor, que não me lembro bem, que eu estive a ouvir, a ouvir... Naquela situação eu também tinha de falar. Ele estava sentado à minha direita, e a única coisa que eu fiz foi agradecer-lhe o interesse com a minha alimentação, as visitas que fez à cozinha a ver se a comida estava boa... Acrescentei ainda que, de tudo quanto ele tinha dito, havia um facto com o qual eu não podia pactuar, por não estar de acordo, e que o diria mesmo pondo em causa a minha libertação: é que nem o Constantino Teixeira (que era o comissário do Interior), nem o Umarú Djaló, (que era o ministro das Forças Armadas) alguma vez fizeram intrigas sobre ele junto de mim e que todas as vezes que se referiram a ele na minha frente foi com o respeito devido a uma pessoa com mais responsabilidades que eles. No fim, repeti: «E digo isto mesmo pondo em causa a minha libertação. Quanto ao resto, desejo-te sorte. Se conseguires fazer pela Guiné aquilo que eu queria fazer, fico contente. Mas se fizeres mais, fico ainda mais feliz.» Foi assim que acabou a nossa conversa. Ele levantou-se e abraçou-me, enquanto eu dizia para comigo: «Mais um abraço que eu tenho de aguentar!» No dia seguinte voei para Cuba.

EXP. — Retribuiu-lhe o abraço ou simplesmente aguentou-o?

L.C. — Eu tinha de fazer o gesto...

EXP. — Nunca mais o viu?

L.C. — Nunca mais.

A PENA DE MORTE

EXP. — O golpe de Estado teve como pretexto a revisão constitucional então em curso, de cariz presidencialista, na medida em que reforçava os poderes do Presidente em detrimento dos do primeiro-ministro.

L.C. — Na primeira Constituição, feita no Boé, não existia o lugar de primeiro-ministro. Foi um lugar criado por mim, quando formei governo, colocando um dos ministros como primeiro, tendo como tarefa principal filtrar as matérias que vinham ao conhecimento do Chefe de Estado. Na realidade, fui eu que dirigi o Governo durante todos aqueles anos. Nem o Chico Mendes, e muito menos o «Nino» Vieira, dirigiram governo algum. Era eu que apresentava o discurso do estado da Nação à Assembleia. A reforma constitucional não fazia mais que constatar esta situação.

EXP. — Outro problema era...

L.C. — ... o da pena de morte, mas a Constituição não falava disso. A pena de morte consta da Lei de Justiça Militar, feita pelo

O golpe não foi contra os cabo-verdianos

EXPRESSO — A versão que corre (e que se calhar vai ficar na História) é que o golpe foi conduzido contra os cabo-verdianos.

LUÍS CABRAL — Dá-se como uma das causas do golpe de estado o diferendo entre guineenses e cabo-verdianos, mas a verdade é que não há nenhum cabo-verdiano que tivesse sido perseguido — todos os que foram presos, mortos, torturados eram guineenses de origem.

Depois do golpe até há um que sobressai: Manecas dos Santos, que se tornou o homem de confiança, o homem que manda, o homem das aberturas, da chamada liberalização económica. Isso é um «bluff» para enganar quem quiser ser enganado.

EXP. — Em Cabo Verde foi (e é) sentido assim.

L.C. — Por causa das coisas que os homens do golpe disseram contra os cabo-verdianos — mas que qualquer pessoa pode constatar que eram puras mentiras. No meu governo havia dois homens de Cabo Verde: o Fernando Fortes (que já faleceu) e o Manecas. Os departamentos principais, que davam a soberania, eram todos dirigidos por guineenses: Chico Mendes, Umarú Djaló, Constantino Teixeira, Vítor Saúde Maria, «Nino» Vieira... No partido, os guineenses tinham dois terços do Conselho Superior da Luta. Não! O que eles queriam era fazer a boa vida que estão a levar agora, deixando o povo na desgraça que grassa hoje na Guiné — e lembraram-se dessa coisa dos cabo-verdianos.

EXP. — ... que era um problema que existia!

L.C. — Existia... é uma coisa muito complicada. Mesmo na massa dos combatentes. Veja o caso do «Nino» Vieira: ajudante de electricista desempregado, foi para Conacri à procura de trabalho e, depois de se manifestar várias vezes contra o PAJGC, adere ao partido.

A malta de Cabo Verde vinha de um contexto totalmente diferente: eram estudantes em Portugal, abandonaram tudo e foram para a luta na Guiné. Depois havia o comportamento de cada um dos dirigentes. Olhe o exemplo do Osvaldo Vieira e do Pedro Pires, que estiveram juntos: o comportamento do Pires era, em certa medida, uma condenação permanente ao procedimento de um Osvaldo já decadente.



EXP. — Porquê?

L.C. — Porque o Osvaldo embriagava-se... e muitas coisas mais...

EXP. — Que tipo de coisas?

L.C. — Para arranjar bebida é preciso ter dinheiro, não é verdade? E para ter dinheiro ele e outros fizeram coisas que não deviam. Mandavam vender vacas e mandavam caçar crocodilos para vender a pele. Tudo isso aconteceu. Enquanto que o Pires se contentava com ter uma farda para vestir, comer o que houvesse, absolutamente asceta.

EXP. — O Pedro Pires era um combatente exemplar?

L.C. — Dos melhores: no seu comportamento e no cumprimento dos seus deveres.

EXP. — E como dirigente do partido?

L.C. — Também. Sempre deu contribuições válidas.

EXP. — E como primeiro-ministro?

L.C. — Quem deve ajuizar é o povo de Cabo Verde. Como antigo companheiro, acho que desenvolveu um trabalho sério enquanto primeiro-ministro, criando condições para o país avançar como Estado soberano.

Continuação da pág. 5

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

Amilcar durante a guerra, sempre admitimos que poderia ser revogada a todo o momento. Pela nova Constituição, todo o indivíduo traidor à pátria poderia ser punido com a pena máxima prevista na lei.

EXP. — Ou seja: a pena de morte.

L.C. — Enquanto vigorasse a Lei de Justiça Militar. No momento em que achássemos que a devíamos revogar...

EXP. — Estava em marcha algum projecto nesse sentido?

L.C. — Sim, já se falava nisso, sobretudo depois da discussão pública da Constituição. Quando se verificou alguma contestação à existência da pena de morte na Lei de Justiça Militar, admitimos revogá-la — o que seria normal no contexto da evolução da Guiné. Durante a discussão da revisão constitucional, houve pessoas que tomaram as posições mais duras contra o partido, mesmo sobre princípios fundamentais (como a unidade Guiné-Cabo Verde), mas ninguém foi perseguido por isso.

EXP. — Mas a pena de morte foi utilizada algumas vezes.

L.C. — Durante a guerra, durante a guerra...

EXP. — E depois, já consigo como Presidente. Houve quadros africanos das milícias portuguesas que foram sumariamente julgados e fuzilados.

L.C. — Nós tínhamos de tomar posições duras, para evitar que a guerra continuasse. Como se sabe, havia tantos ou mais soldados guineenses no exército colonial do que no nosso próprio exército. Essa gente foi desmobilizada e muitos fugiram para o Senegal, levando armas: assaltaram postos da nossa fronteira, atacaram aldeias próximas, mataram gente. Depois de uma guerra de tantos anos, tínhamos de tomar medidas que cortassem qualquer hipótese de continuação do conflito.

EXP. — E os actos de pura barbárie cometidos, por exemplo, por António Buscardini, enquanto director-geral da Segurança, e pelo seu lugar-tenente, Romão Correia, que liquidaram sumariamente vários presos?

L.C. — Isso são as acusações que são feitas. Havia uma lei que previa a pena de morte. Nenhum dirigente do partido pode fugir à parte que lhe cabe nessa responsabilidade.

EXP. — Mas havia tribunais...

L.C. — Havia um Tribunal Militar.

EXP. — Que não tem nada a ver com as tais investidas nocturnas de Romão e Buscardini.

L.C. — É preciso saber se isso, de facto, é verdade. O Tribunal Militar reuniu-se várias vezes e condenou várias pessoas.

EXP. — A pena de morte?

L.C. — Aplicou penas de morte. Vários casos muito graves, de gente vinda do Senegal que atacou aldeias, matando a população civil. Se não estou em erro, foram os únicos casos de indivíduos fuzilados depois de uma sentença do Tribunal Militar Superior. O nosso objectivo era parar toda a hipótese de uma nova guerra, o que não era nada fácil.

PEDIDO FRUSTRADO DE RAMALHO EANES

EXP. — Há episódios que denotam que esta situação não era muito clara. Quando, por exemplo, o presidente Eanes lhe pediu a libertação de presos, antigos comandos africanos.

L.C. — Foi durante a sua visita oficial a

Bissau. Quando nos reunimos em Bubaque, já depois das cerimónias e encontros oficiais, manifestou o desejo de deixarmos vir para Portugal a família do comando Marcelino da Mata; e falou-me noutros antigos oficiais-comandos que estavam presos. Sobre a primeira questão, respondi que não havia problema nenhum; não sabia das dificuldades que estavam a ser colocadas à saída da mulher e dos filhos e disse que ia dar instruções para que a situação fosse imediatamente ultrapassada. Quanto aos comandos, teria de discutir isso com os meus companheiros e só depois daria uma resposta.

EXP. — Qual foi a resposta que lhes deram?

L.C. — Que já tinham sido fuzilados... Fiquei como se pode imaginar.

EXP. — Eram muitos?

L.C. — Eram três. Disseram-me que eles estavam envolvidos numa tentativa de golpe de Estado, que eram os homens indicados para atacar dois paíóis, de onde retirariam armas para distribuírem aos rebeldes. Foi na tentativa do Malan Sanhá, que, aliás, mandou dizer ao «Nino» que lhes desse instruções e armas. O Rafael Barbosa também estava implicado. O «Nino» veio ter comigo ao Palácio pelas 11 horas desse dia, contando-me tudo.

EXP. — Fez algum apuramento das responsabilidades?

L.C. — Naquele momento, não.

EXP. — Mas não foi o Tribunal Militar, senão o senhor saberia...

L.C. — Bem, eu não soube, não sei como foi.

EXP. — Nem sabe ainda hoje?

L.C. — Sei o que me informaram depois, que eles estavam implicados...

EXP. — Mas foram julgados antes?

L.C. — Foram julgados e depois fuzilados, foi isso que me disseram. Mas isso mostra que, naquele contexto, em que todos éramos dirigentes, havia distribuição de tarefas; as pessoas que tinham a responsabilidade de defender a segurança do país fizeram aquilo que acharam mais justo para a garantir.

EXP. — O que não significa que seja o mais correcto e mais justo.

L.C. — Ai chega o ponto em que se pergunta: és meu amigo ou «amigo da onça»? Naquele momento havia muita gente com ligações aos indivíduos que foram aos paíóis buscar armas e munições. Essa gente podia fazer muito mal ao nosso país. Veja-se o que se está a passar em Angola e Moçambique. No fim da guerra, talvez houvesse mais gente armada contra nós do que as nossas próprias forças. Era preciso garantir a paz e a segurança para a construção do país. Essa era a tarefa fundamental. E houve pessoas que, no desejo de servir o melhor possível o processo e cortar todas as oportunidades aos que queriam de novo trazer a guerra ao país, tomaram essas decisões. Naquele contexto, não é possível condenar um indivíduo por isso — num país em que a Lei de Justiça Militar previa a pena máxima para quem traisse a independência.

“NUNCA MANDEI MATAR NINGUÉM!”

EXP. — Está a afirmar que, no seu tempo, não houve execuções sumárias, à margem das decisões do Tribunal Militar?

L.C. — Que eu tivesse tido conhecimento prévio, não houve.

EXP. — Uma das acusações feitas pelo regime de «Nino» Vieira foi a de ter sido conivente com isso.

L.C. — Com as estruturas que existiam na Guiné, como é que era possível os homens das Forças Armadas serem chamados para execuções sumárias sem o conhecimento do ministro das Forças Armadas? Um homem que, para mais, era membro do Secretariado Permanente do partido! As acusações do «Nino» Vieira não têm pés nem cabeça! Ainda há dias, num debate televisivo, Alpoim Calvão acusou-me de ter mandado matar mais de 900 guineenses. Não deixei de me dirigir à criatura, perguntando pelas provas. «Ah, foi o «Nino» Vieira que me disse!», respondeu. Não se pode discutir com gente deste género! Se houve alguém que nunca mandou matar alguém na Guiné fui eu.

O MEDO DAS ELEIÇÕES

EXP. — Não aceita a acusação de que foi um Presidente autoritário?

L.C. — Não aceito. Acho que havia autoridade do partido — e que ela era necessária. Não era possível sair de uma luta como a nossa e... abrir à democracia imediatamente.

EXP. — Alguma vez teve o projecto de abertura à democracia?

L.C. — Saimos de uma guerra de onze anos. Chegámos a Bissau e tivemos imediatamente que resolver o regresso de todos os refugiados, que eram muitos. Três anos depois, fazíamos eleições gerais no país. Mas eleições a sério! Bem gostaria que o «Nino» fizesse eleições iguais agora.

EXP. — Foram eleições com um único partido.

L.C. — Ah! Mas não queiram saber as discussões feitas ao nível das aldeias, dos sectores, para seleccionar as pessoas. E os votos foram feitos na base de duas cores, uma para o «sim» e outra para o «não», tendo em conta que a nossa população era em larga maioria analfabeta. O «Jeune Afrique», que não podia ser acusado de grandes amores por nós durante a luta de libertação, amoveu: «O PAIGC continua a dar lições.» Foram eleições sérias, até perdemos em algumas regiões do país.

EXP. — Para quem? Para o «não»...

L.C. — Sim, para o «não».

EXP. — Se houvesse a possibilidade de outros grupos se inscreverem, eles tinham aparecido?

L.C. — Claro que sim. O meu objectivo foi fazer as eleições, apesar da oposição de alguns dos meus companheiros...

EXP. — Quem se opôs à realização de eleições?

L.C. — Ninguém. Mas, no dia das eleições, de manhã muito cedo, o «Nino» Vieira foi ao Palácio e perguntou-me se não estaríamos a fazer mal: «Camarada Presidente, veja lá se não estamos a cometer um erro.» Ele e o Constantino Teixeira. A minha posição era bem diferente: «Não. Nós fomos eleitos pela Assembleia eleita na mata, durante a guerra. Três anos depois, temos que legitimar o nosso poder a nível nacional; isso vai dar uma contribuição decisiva para o crédito do Governo a nível internacional.»

Continua na pág. 7

Continuação da pág. 6

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

MORTE DE BUSCARDINI

EXP. — A sua gestão económica foi muito criticada. Acusavam-no de megalómano.

L.C. — Vendo o que é a Guiné hoje, do ponto de vista económico, não acredito que houvesse muita gente com razões para criticar assim a minha gestão. Fizemos o recenseamento geral da população, rigoroso; estruturámos um programa bienal de desenvolvimento para 1980/81. Era um trabalho sério em todos os domínios.

EXP. — Como explica que tenha ficado isolado no golpe?

L.C. — Já pensou na repressão que houve a seguir? Se comparar com a situação depois do golpe, há-de compreender que muita gente estava contra.

EXP. — Durante o golpe houve dois mortos, um deles o Buscardini.

L.C. — Era o homem da Segurança...

EXP. — Era da sua confiança?

L.C. — Não só ele, todos os outros. Ele tomava o seu trabalho a sério e defendeu intransigentemente os interesses do Estado e do partido. Ninguém lhe pode querer mal por isso. Pelo contrário.

EXP. — Há quem o classifique simplesmente de facinora...

L.C. — Para mim, o Buscardini era dos bons, dos que mais era capaz de amar as crianças, que não queria nada para ele. Trabalhava dia e noite, com o objectivo de defender o país e o partido, com o apoio do seu ministro, o Constantino Teixeira, do «Nino» Vieira, que era ministro das Forças Armadas, bem como do Chefe de Estado e do Chico Mendes, que era primeiro-ministro.

EXP. — Sendo assim, porque é que foi morto?

L.C. — Pelos indivíduos que fizeram o golpe. Ele resistiu bastante. Telefonou à mãe, que está em Portugal, e disse: «Peço que tomes conta dos meus filhos, porque eu não vou deixar que estes cães me ponham à sua frente para me interrogar.»

EXP. — E guardou a última bala para ele.

L.C. — Não, não. Ao contrário do que se diz, atacaram a tiro de canhão a casa onde estava. Morreu com a sua arma, a disparar contra os atacantes. Depois, disseram que se matou — como disseram do André Gomes, um dos indivíduos mais corajosos que tínhamos.

EXP. — Por que é que os homens fortes da Segurança foram desaparecendo sucessivamente: Buscardini, Otto Shacht, Constantino Teixeira, Lourenço Gomes...

L.C. — O Lourenço morreu de doença. Num contexto como aquele, as coisas eram difíceis. Otto Shacht foi o primeiro homem a ser liquidado no golpe de Estado. Foram a casa dele e assassinaram-no à frente da mulher.

«SOVIÉTICOS FESTEJARAM»

EXP. — Enquanto esteve preso, e depois no exílio, recebeu alguma manifestação de solidariedade da parte de membros do seu partido da Guiné?

L.C. — Directamente, nunca. O «Nino» Vieira nunca permitiria isso. O seu conceito de democracia é muito limitado! Quem é que se permitiria correr o risco de me contactar?

EXP. — Mas recebeu recados?

L.C. — Sim, manifestações de simpatia.

EXP. — Pode dizer de quem?

L.C. — Não posso mencionar ninguém. Alguns estão no poder, outros na oposição, outros em Portugal.

EXP. — Houve embaixadores que o visitaram na prisão?

L.C. — O de Cuba, mas a partir de dada altura deixou de me visitar. Houve outros que se interessaram pela minha família: o de Portugal, extremamente correcto, o da Suécia, que quis que eu fosse para o seu país.

EXP. — E o da União Soviética?

L.C. — Pelo contrário. Os soviéticos festejaram o golpe de Estado. E os cubanos também, embora tenham tido sempre relações correctas comigo. Em Cuba, trataram-me o melhor possível — é difícil encontrar um país que dê mais do que aquilo que os cubanos me deram. Mas apoiaram totalmente o golpe de Estado. Um dia, coloquei essa questão a um dirigente cubano, que me respondeu que o Fidel dissera que não podia correr o risco de perder a possibilidade de estar na África Ocidental a partir da Guiné. Quem guardou o «Nino» Vieira durante muitos meses, mesmo anos, foram os cubanos; saíam em carros com metralhadoras atrás do «Nino», pelas ruas de Bissau. Enquanto que eu circulava sozinho pelas ruas, com as crianças a parar-me frequentemente o carro.

EXP. — Não tinha guarda-costas?

L.C. — Tinha: andava só com um indivíduo ao meu lado, no carro, enquanto eu conduzia. Durante todo o tempo em que fui Presidente.

EXP. — O «Nino» Vieira inverteu significativamente essa postura?

L.C. — Totalmente. Sempre achei que devíamos manter o mesmo relacionamento que tínhamos no tempo da luta, entre nós e com as massas.

A RUPTURA COM ARISTIDES PEREIRA

EXP. — Falemos da posição de Aristides Pereira. Após o golpe de Estado ele teve algum gesto de simpatia para consigo?

L.C. — Não. Quando cheguei a Cuba e lhe escrevi uma série de cartas, ele nunca respondeu. Já tinha tomado a decisão de me virar as costas. Como secretário-geral e primeiro dirigente do partido, ele devia ter assumido todas as responsabilidades, mesmo acabando com o PAIGC. Devia assumir-se e não voltar-nos as costas, como fez.

EXP. — Ele não teve uma palavra de condenação do golpe?

L.C. — Muito suave. Diz-se que quem tomou posições duras contra o golpe foi o Pedro Pires.

EXP. — Aristides Pereira sempre foi considerado um temporizador, uma personalidade politicamente apagada.

L.C. — Sempre apagado, é verdade. Quando ele chegou a Cabo Verde, as pessoas ficaram desiludidas; os jovens que tinham feito a luta clandestina, que tinham sido presos, tiveram uma desilusão. Quem escreveu sobre isso foi o arquitecto Pedro Martins (o preso mais jovem do Tarrafal), em «Testemunhos de Um Combatente».

EXP. — Quando foi recebido em Cabo Verde, sentiu alguma frieza?

L.C. — Sim.

EXP. — A que se deve isso?

L.C. — Não sei. Estive em Cuba durante 14 meses, onde fui muito bem tratado, mas sentia-me verdadeiramente só, queria estar com os meus, até pelas incertezas que tinha em relação ao futuro. Mande, então, dizer que ia para Cabo Verde. Foi quando recebi uma mensagem a dizer que não devia levar a família.

EXP. — Uma mensagem de quem?

L.C. — Do Governo, de Pedro Pires e de Aristides Pereira. Já não me lembro quem me levou a mensagem.

EXP. — Era como dizer-lhe que só podia estar lá de passagem...

L.C. — Exactamente. Foi quando sondei o embaixador de Portugal em Havana sobre a possibilidade de ir para Lisboa. Deram-me a resposta em 24 horas, apesar de ser fim-de-semana. O ministro Futecher Pereira enviou-me uma mensagem dizendo que Portugal se sentia honrado em me considerar seu hóspede. Mande então dizer aos dirigentes cabo-verdianos que passava por Lisboa a deixar a família e ia, em seguida, a Cabo Verde; ao que me responderam que, se saísse de Cuba, teria de ir directamente para lá, não podia ir a qualquer outro sítio. Carta do Pires, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Silvino da Luz, via Negócios Estrangeiros cubanos.

EXP. — Aristides Pereira não contactou consigo?

L.C. — Não. Ele mandava fazer as coisas todas, para quê escrever pessoalmente? Escusei-me perante as autoridades portuguesas e informei que, afinal, ia para Cabo Verde com a família. Quando cheguei ao aeroporto do Sal desviaram-me para a ilha de São Vicente, não me deixando ir para a Praia, a capital. Estive mais de um mês sem poder sair da ilha.

EXP. — Durante esse tempo, o que dizia o Governo?

L.C. — Eles estavam na Praia, quem contactava comigo era o Carlos Reis, depois embaixador em Portugal, na época ministro-residente. Tinha boas relações comigo, jogávamos ténis e tudo, mas não tinha nada para me dizer.

EXP. — Mas Aristides Pereira acabou por falar consigo?

L.C. — Sim. No funeral do Fernando Fortes [fundador do PAIGC e seu cunhado], em São Vicente. Disse-lhe que não podia estar mais em São Vicente e comuniquei-lhe que, se não pudesse ir à Praia, então ia para outro lado. Finalmente, foi-me dada autorização para ir. Foi uma conversa rápida, no gabinete dele.

EXP. — Fria?

L.C. — Fria.

EXP. — Sentiu-se «persona non grata»?

L.C. — Totalmente. O Aristides deve ter pensado que o meu prestígio no partido podia ter repercussões. Por isso, quando o Presidente Eanes me convidou a passar o Verão em Portugal e me deu um enorme e inestimável apoio, aceitei o convite que me fez para me instalar em Lisboa. Ainda fiz outra tentativa em Cabo Verde. A verdade é que não me cabia na cabeça que, estando impossibilitado de viver na Guiné, não o pudesse fazer em Cabo Verde! Mas cheguei à conclusão de que não era possível. Passou-se, aliás, um fenómeno interessante: as pessoas que estavam de bem com o Governo tinham medo de me ir ver; e as que tinham razões contra o Governo é que iam visitar-me, o que me colocava numa situação bastante incómoda. Decidi ir-me embora.

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

“A GUINÉ É O PAÍS DA MENTIRA”

«UM PAÍS SEM ESTADO»

EXP. — É previsível uma eventual ida à Guiné?

L.C. — Se houver segurança. «Nino» Vieira disse, aqui em Lisboa, que não garante a minha segurança se eu for. Além disso, não posso voltar para a minha terra e continuar a depender da ajuda de países amigos. Mas acredito que ainda posso fazer alguma coisa de positivo pela Guiné.

EXP. — Como «mais velho», no sentido africano do termo?

L.C. — Sim, até nisso, como pessoa que tem uma grande experiência de vida.

EXP. — «Até nisso». Admite mais do que isso?

L.C. — Fui o primeiro Chefe de Estado da Guiné e em momento algum admiti a hipótese de ser o terceiro, até porque para isso devia estar no meu país com todos os direitos, mas não é fácil nas condições actuais.

EXP. — Os partidos da oposição têm mantido contactos consigo?

L.C. — Esporadicamente, nunca regulares.

EXP. — Escusam-se?

L.C. — Penso que sim, receando problemas na Guiné, onde há uma lei que me encaixa perfeitamente: só sendo descendente de três gerações de guineenses é que se pode ser candidato presidencial.

EXP. — Acha que foi especialmente contra si?

L.C. — À medida! Houve um indivíduo do partido que esteve contra a proposta de lei, quando foi discutida na Assembleia; a reacção do «Nino» foi: «E então o Luís, ele pode recandidatar-se?» É um absurdo e admiro-me que não haja nenhuma reacção, pois é um autêntico «apartheid». Se há uma nação guineense, eu sou um dos fundadores. A Nação não existia antes de nós. E coube-me o bilhete de identidade nº 2 — o primeiro foi o Amílcar, a título póstumo.

EXP. — Se estivesse na Guiné, em quem votaria nestas eleições?

L.C. — Nunca pensei nisso, pois não quis ligar-me a um partido. Acho que o «Nino» Vieira terá muita força enquanto não aparecer gente com coragem para o atacar no fundamento do seu poder: o golpe de Estado. Disse-o a um dirigente da oposição, que me respondeu: «O 'Nino' não permitiria isso.»

EXP. — Há quem o considere um sonhador, um político sem os pés assentes na terra...

L.C. — Admito que sim, até por ter confiado muito nos homens, na sua lealdade, na sua camaradagem. Sempre pensei que os objectivos que nos tinham levado à luta de libertação nacional eram os mesmos, comuns a todos. Afinal, a experiência está aí para explicar que havia quem apenas desejasse gozar dos resultados, em detrimento dos interesses das populações.

EXP. — Como vê a Guiné da actualidade?

L.C. — Tornou-se um país sem Estado, onde a mentira se sobrepõe a tudo. O Estado não existe, é o «Nino».

Pensão de cem contos

EXP. — Se as coisas não mudarem na Guiné, está disposto a ficar em Portugal?

L.C. — Parajá, tenho toda a conveniência em ficar aqui. Os meus filhos estão numa boa escola e não penso que possa fazer qualquer coisa de mais importante, hoje, do que dar-lhes uma boa instrução. Também tenho bons amigos. Mas penso fazer um bom período em África. Eventualmente, em Cabo Verde. Ou em Angola ou Moçambique, ou mesmo em São Tomé.

EXP. — De que é que vive um ex-Presidente?

L.C. — O Presidente Eanes pôs os seus assessores em campo, que descobriram que havia um fundo Agha Kan (para ajudar os monarcas e chefes de Estado em situação difícil), que

deu a entrada para a compra da casa. O resto foi pago pela Argélia e pelo Congo.

EXP. — Enquanto «combatente do povo» tem alguma pensão?

L.C. — Da Guiné? Nada! De Cabo Verde, tenho uma pensão na base dos vencimentos cabo-verdianos: cerca de cem mil escudos portugueses.

EXP. — É do Estado português?

L.C. — Recebi o apoio inestimável do presidente Eanes na altura da minha instalação.

EXP. — Um ex-Presidente não pode viver com uma pensão de cem contos.

L.C. — Claro. Tenho a fra-

terna ajuda da Argélia, que desde sempre teve relações de solidariedade com a nossa luta.

EXP. — E de Angola?

L.C. — São amigos, companheiros de luta que me recebem muitíssimo bem quando vou lá...

EXP. — De Moçambique?

L.C. — Uma ajuda simbólica. São também muito meus amigos.

EXP. — Não tem actividades empresariais?

L.C. — Quero ter, quero, mas ainda não consegui. Tenho a impressão que há qualquer coisa que o impede, não sei se são os Irs, os espíritos da Guiné, que querem que eu volte à política no meu país...

A presença do factor étnico

PÚBLICO, 3.7.94

A GUINÉ-BISSAU teve sempre de contar com o factor étnico e nunca o subestimou — as autoridades levaram-no em conta, em especial quando estavam em causa assuntos de natureza política. No período colonial, a diversidade étnica não passou despercebida e, em certos momentos, foi um trunfo utilizado para atenuar uma situação que, no terreno da guerra, escapava ao controlo até porque a iniciativa dos guerrilheiros do PAIGC era cada vez maior.

As “conferências étnicas” promovidas pelo Governo da então província portuguesa eram também uma forma de beliscar ou mesmo de contrariar a tese do movimento de libertação — PAIGC —, que se apresentava a si próprio como o povo unido em armas sem distinção de raça, cor ou religião.

O esforço de resistência à presença estrangeira tinha fracassado devido à fragilidade das tentativas dos líderes para unir as três dezenas de etnias

que constituem o mosaico humano desta região da África Ocidental.

Foi só no início da década de 60 que um grupo de homens, entre os quais Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, conseguiu através de um movimento de libertação aglutinar à volta de um objectivo — a independência — fulas, balantas, mandingas, beafadas, papeis, manjacos. Gentes com línguas e espaços culturais próprios e que outrora se digladiaram em pequenos conflitos raciais que

os tornavam ainda mais vulneráveis.

Nas publicações oficiais, lê-se que, durante os 13 anos de guerra, os laços étnicos foram cimentados e que ao multilinguismo foi proposto e com êxito o crioulo. Utilizado na Rádio Libertação do PAIGC, que emitia a partir da vizinha Guiné Conacri, rapidamente passou a ser considerado a língua de comunicação e factor de unidade nacional.

Continua na pág. 9

Oposição conquista Bissau

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso
em Bissau

É um dado adquirido para a vida política da Guiné-Bissau, para Nino Vieira e o PAIGC, que terão de contar com a palavra e a força da oposição. O próprio cenário de uma coabitação, entre um chefe de Governo do Movimento de Bafatá e um presidente do PAIGC, não é de excluir. As eleições de hoje responderão.

A Avenida da Unidade da Guiné e Cabo Verde e os bairros periféricos foram o cenário do encerramento da campanha eleitoral em Bissau. Na sexta-feira à tarde, a cidade submergiu num tempo de festa, agitação e discursos políticos inflamados,

mas sem notícias de violência. O civismo foi a nota dominante no comportamento de um povo que vota pela primeira vez em eleições pluripartidárias.

Apoiantes de todos os partidos manifestaram-se com todos os condimentos da alegria africana, cruzaram-se entre si, cantaram, dançaram, falaram sobre política e perderam-se num imenso "aiiuéééé" de festa pela noite dentro, desde as discotecas mais finas até às tascas dos bairros e tabancas periféricas.

Nos comícios, o Movimento Bafatá deu uma prova da sua força e implantação ao concentrar mais de 20 mil apoiantes no bairro da Ajuda onde, para lá dos discursos políticos, a festa foi total e contagiante. O candidato, Domingos Fernandes, um médico prestigiado, chegou em apoteose ao palco de onde saiu uma música cheia de ritmo para uma multidão ululante, com as mulheres a fazerem todas as despesas da festa. A alegria era quase um exclusivo dos grupos de mulheres que se agitavam em danças étnicas.

No palco, os candidatos do Bafatá tinham atrás de si um grupo de idosos perfilados em duas linhas de cadei-

ras e vestidos com roupas tradicionais. Eram "homens grandes" de vários pontos do país, sobretudo da região de Bafatá onde o movimento tem uma grande implantação. "Homens grandes" são os mais experientes, os mais sabedores, os que aconselham e têm poderes curativos. Em muitas tabancas do interior do país também são eles que decidem a orientação de voto de toda a aldeia. Pouco depois da chegada de Domingos Fernandes aproximaram-se do palco sete "homens grandes" montados a cavalo, envergando vestes guerreiras e bandeiras do Bafatá.

Domingos Fernandes fez uma intervenção virada para o futuro. É um dado adquirido para a vida política da Guiné-Bissau, para Nino Vieira e o PAIGC, que terão de contar com a força do Bafatá, um partido com uma cúpula de quadros experimentados na política, formados nas universidades portuguesas, que montou uma máquina eficaz e tem um núcleo dedicado de militantes.

Na tarde de anteontem, Domingos Fernandes fez um discurso de reconciliação nacional, mostrou-se capaz de gerar consensos, e falou, sobretudo para dentro do PAIGC, onde tem interlocutores e colhe algu-

mas simpatias. O cenário da coabitação, aliás, entre um chefe de Governo do Bafatá e um presidente do PAIGC é uma forte possibilidade que pode resultar da votação de hoje. "A Guiné-Bissau precisa do trabalho e do esforço de todos", disse.

"Kuuumba láaala"

Atrás do palco uma faixa dizia: "3 de Julho, o fim da ditadura". Num dos largos do Bairro Militar, um dos mais pobres de Bissau, a multidão concentrava-se eletrizada junto ao palco, improvisado numa mesa de ferro, colocado em cima de quatro pedras.

Lá no alto estava um homem, com um barrete vermelho na cabeça, de olhar intenso, com um microfone na mão e que falava sem parar. Teatralizava a cada passo o seu discurso com gestos, para uma multidão extasiada alheia ao calor que fazia o suor correr em bica. Por vezes calavam-se para o ouvir, noutras entravam em delírio a gritar os slogans "Abaixo Nino" e "Viva Kumba", ou então perdiam-se em demoradas gargalhadas que o humor corrosivo

Continua na pág. 10

Continuação
da pág. 8

A presença do factor étnico

A questão dos balantas

Embora estatutariamente o movimento de libertação não diferenciase os militantes pela sua origem, na prática a composição da direcção política reflectia as principais etnias. Um jogo de equilíbrio gerido sempre com mestria, até à proclamação da independência. E é a 14 de Novembro de 1980, após o golpe de Estado que leva Nino Vieira ao poder, que se questiona a predominância de balantas no seio do chamado Movimento Reajustador que derruba Luís Cabral. Mas nem por isso as demais etnias deixam de render vassalagem ao novo líder, por acaso de origem papel.

Assiste-se neste período a manifestações de nacionalismo que fazem recuperar algumas

práticas tradicionais. As estruturas de organização tradicionais, normalmente patriarcais, as crenças místicas e a forma de pensamento simbólico e analógico situam e caracterizam o jovem país e fazem os analistas questionar se a força da cultura tradicional não irá pôr em perigo o papel que o poder havia reclamado para si, auto-intitulando-se de "força, luz e guia do povo".

Pretendia valorizar-se a cultura tradicional por vir de políticas concertadas ou estava o poder preso a uma teia por ele próprio tecida quando precisava de apoios para afirmar a sua legitimidade?

As contradições e conflitos ocorridos no seio do próprio poder, marcados por acusações de tentativas de golpe de Estado, de desvios, de acumulação de poder, de protecção, da-

vam consistência a dúvidas de vária ordem. Muitos dos comandantes balantas que deram rosto ao dito Movimento Reajustador acabaram no banco dos réus do tribunal militar e condenados à morte por fuzilamento.

A recuperação dos régulos

Gradualmente a relação do poder com as etnias vai sofrendo mutações e é assim que a nomeação de um dirigente regional passa a estar condicionada à sua origem tribal, secundarizando-se o conhecimento e a própria hierarquia partidária. O auge acontece com a recuperação dos régulos, desde sempre combatidos pelo poder, agora chamados para recuperar as ve-

lhas funções. O Governo dava assim uma volta completa à sua política com as comunidades, procurando manter o poder por intermédio de novas alianças.

Todo o processo de abertura económica e política acontece já sob este figurino, que para alguns significava o reencontro do PAIGC com o país real e para outros nada mais do que um desvio da linha política ou mera demagogia.

Uma das questões que paira hoje no ar na Guiné-Bissau é saber quais serão as consequências no escrutínio eleitoral desta relação de paixão e ódio que caracterizou a relação entre o PAIGC e as diferentes etnias, particularmente nos últimos 14 anos. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

Guineenses votaram até à meia-noite

O FUNCIONAMENTO das assembleias de voto em que ainda se verificava afluência de eleitores, para as presidenciais e as legislativas, à hora do seu encerramento oficial (17 horas locais, 19 em Lisboa) foi ontem prolongado devido aos problemas logísticos que se tinham notado durante todo o dia.

A meio da tarde, a Comissão Nacional de Eleições, confrontada com as graves deficiências ocorridas em Bissau e em outros pontos do país, não encontrou mais nenhuma alternativa. Esta medida, porém, dificilmente adiantará, já que na maior parte dos sítios onde as mesas não funcionaram na altura devida não há fornecimento de energia eléctrica.

Um dos observadores in-

ternacionais presentes em Bissau, um juiz oriundo do Burkina Faso, disse ao PÚBLICO que na região do Leste, sobretudo no Gabú, registaram-se problemas devido à ausência de urnas e de boletins de voto em muitas tabancas.

Outra das irregularidades apontadas no Gabú foi a ausência nos cadernos eleitorais de nomes de pessoas que se apresentaram nas urnas munidas do respectivo cartão de eleitor. Na capital, já depois das 17 horas locais, a CNE começou a lançar apelos pela rádio, pedindo a colaboração de particulares na cedência de viaturas para deslocar urnas e boletins de voto. Na sequência destes apelos, apareceram várias pessoas, incluindo forças políticas, a oferecerem meios

de apoio logístico.

Foi durante estas operações, já de recurso, que irromperam alguns dirigentes políticos do PAIGC, entre os quais o ministro da Educação, Delfim da Silva, nas instalações da comissão regional de eleições, acusando o líder do Partido Democrático do Progresso, Amine Saad, de ter desviado urnas de voto. Gerou-se grande burburinho e pouco faltou para se agredirem fisicamente. A acusação, no entanto, não se comprovou. Investigações feitas por alguns responsáveis da segurança da CNE provaram que as referidas urnas tinham sido entregues em diferentes assembleias de voto, por um membro da comissão regional, numa viatura de um dos partidos da oposição.

Ao fim do dia, chegou a estar prevista uma conferência de imprensa da oposição, mas aquela denúncia veio cancelar a iniciativa.

Entretanto, em contraste com o comportamento do povo guineense, que demonstrou grande interesse e entusiasmo em votar, a tensão e a incerteza foram aumentando à medida que a noite se aproximava. Os principais hotéis da cidade de Bissau registaram uma procura inusitada de quartos, por parte de empresários e técnicos estrangeiros que, apesar de possuírem casa própria, preferiram a segurança dos hotéis. ■

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso,
com António Soares Lopes,

Visita de Mitterrand

O PRESIDENTE francês, François Mitterrand, inicia hoje uma visita de Estado à África do Sul com um discurso no Parlamento e uma deslocação a Khayelitsha, gigantesco subúrbio pobre da Cidade do Cabo.

Mitterrand, que está em fim de carreira e a deseja terminar em beleza, é o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar a República da África do Sul desde que Nelson Mandela tomou posse como Presidente. Por isso, gostaria que a sua deslocação tivesse pelo menos tanta repercussão quanto o teve a efectuada em

PÚBLICO, 4.7.94

1960 pelo então primeiro-ministro britânico, Harold Macmillan, que falou do "vento da mudança" que estava a soprar por todo o continente.

O chefe de nação europeia actualmente com mais interesses na África fala numa sessão conjunta da Assembleia Nacional e do Senado, admitindo-se que defenda uma espécie de parceria entre Paris e Pretória para o desenvolvimento de grande parte dos países negros.

Toda a comunicação social sul-africana recorda que o antigo Presidente De Klerk e o líder do ANC se sentaram pe-

la primeira vez à mesma mesa, para uma refeição, no Palácio do Eliseu, em 1992. E Mitterrand espera agora tirar todo o proveito possível desse banquete.

A posteridade é algo que está sempre presente no pensamento presidencial, explicou à agência Reuter um dos assessores de François Mitterrand, que é acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, da Economia e da Cooperação, bem como por empresários.

Numa África do Sul onde nos últimos 300 anos se cruzaram sobretudo os interesses da Holanda e da Grã-Bretanha, a França quer agora meter uma boa lança, para que

não se pense que a sua estratégia africana se fica pelo Gabão, o Congo e o Ruanda.

O sistema político-empre-sarial francês quer ter uma resposta pronta para as grandes oportunidades que hoje em dia se levantam na África Austral, depois de Robert Mugabe, Sam Nujoma e Nelson Mandela haverem chegado ao poder, por via eleitoral.

No desenvolvimento industrial e comercial da região, a França — que desde Napoleão e De Gaulle nunca abandonou os sonhos de grandeza — tenciona bater-se de igual para igual com os capitais norte-americanos, britânicos, japoneses e alemães; e, se possível, ficar num dos primeiros lugares. ■

Continuação da pág. 9

Oposição conquista Bissau

do candidato soltava.

Kumba Ialá, candidato fundador do Partido da Renovação Social (PRS), é um radical na crítica ao regime, a que pertenceu de forma bastante empenhada, chegando a ser funcionário político do PAIGC. Os seus apoiantes, uma verdadeira horda de desertados da sorte, pobres, desempregados, estropiados da guerra, chegavam também às árvores onde se penduravam cachos de jovens. "Kuuumba Iáala", gritavam cada vez que o candidato

desfilava o rosário de acusações de corrupção a Nino. Empunhando um conjunto de folhas acusou Nino de ter casas em Lisboa, Cascais, Porto, Algarve, em Espanha, em Washington, em França e ainda em outros países.

As preferências discursivas de Kumba visam atingir Nino naquilo a que qualquer homem é mais sensível, a sua inteligência. "Nino trocou um dente são por um dente de ouro só para mostrar que tem poder", e a multidão escangalha-se a rir.

Mas, de seguida, acusa, inflamado, que Nino quer sair do país e levar a família, amanhã, e a multidão destila ódio, passa o dedo pelo pescoço num gesto violento e entra num transe de dança guerreira.

"Abaixo assassino, abaixo traidores, abaixo corruptos, abaixo os feiosos, abaixo os que têm narinas largas, abaixo os feiticeiros, viva democracia, viva liberdade", gritava Kumba e dezenas de gravadores portáteis erguiam-se no ar para registar o discurso do líder, um homem licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de

Lisboa, licenciado em Teologia e estudante no quarto ano de Direito, em Bissau, onde é o melhor aluno. Para alguns observadores, Kumba só diz alto e bom som o que muitos têm medo de dizer baixinho.

Ao mesmo tempo, Nino Vieira passeava-se a 300 metros de Kumba Ialá com todo o aparato do poder — um carro com sirene a abrir alas e a segurança armada atrás de si. Passeou-se mas não discursou, limitando-se a acenar às massas. Era o recolhimento de um Presidente cujos silêncios são mais temidos que as próprias palavras. ■

Completa desorganização marca eleições na Guiné-Bissau

Caos ou fraude?

PÚBLICO, 4.7.94

*Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso,
com António Soares Lopes,
em Bissau*

Primeiro foi o caos organizativo, com a maior parte das assembleias de voto em Bissau ainda por abrir à hora a que deviam fechar. Depois, foi a suspeição de fraude, com eleitores a protestar porque outros já tinham votado por eles. Centenas de pessoas esperavam há horas à porta das assembleias de voto, numa clara vontade de participação nas primeiras eleições pluripartidárias da Guiné.

O espectro da fraude eleitoral pairava ontem à tarde sobre as primeiras eleições democráticas da Guiné-Bissau, devido aos problemas que surgiram na capital, onde, até às 15 horas locais (17h00 em Lisboa), a maior parte das mais de 100 assembleias de voto ainda não tinham aberto. Um dos candidatos presidenciais, Kumba Ialá, só às cinco da tarde locais pôde votar, por só a essa hora ter aberto a assembleia de voto.

Passava das 14h00 quando

se avolumaram os indícios de que o processo eleitoral não estava a correr bem. O chefe da missão de observadores internacionais, Onofre dos Santos, ponderava a possibilidade de propor a continuação do acto eleitoral durante o dia de hoje. O próprio Governo foi obrigado a comunicar ao país, através do ministro da Informação, Augusto Viegas, que a proibição de circulação automóvel entre as 15h00 e as 20 h00 ficava suspensa.

Os problemas começaram a surgir logo pela manhã. A abertura oficial das assembleias de voto estava marcada para as sete da manhã, mas só duas horas depois abriu a primeira. Foi no círculo 24 — onde numa fila mais de 100 pessoas esperavam, algumas desde as quatro da madrugada — que se apresentou a primeira eleitora a exercer o seu direito de voto em toda a capital. Maria Embaló, doméstica, demorou seis minutos a pôr as cruzes no boletim de voto. "Estou contente", disse aos jornalistas, depois de votar, acrescentando timidamente que preferiu "Kabi".

Depois de Maria Embaló, apareceu o candidato Nino Vieira, que atravessou a pé a praça do palácio, para se dirigir à assembleia de voto do círculo 24. Estava acompanhado da mulher, Isabel Vieira, e de um farto aparato de segurança. Tensou, a evidenciar grande nervosismo, percebia-se à vista desarmada que lhe tremiam as pernas e que tinha um colete à prova de balas.

"Só o eleitor vem aqui", a voz autoritária do presidente da mesa de voto conteve os seguranças, que se preparavam para

acompanhar Nino até às urnas. O candidato votou e, no fim, disse que "o acto cívico se começou a cumprir".

Muito diferente era a disposição de Domingos Fernandes Gomes, candidato presidencial do Movimento Bafatá, que esperou três horas para votar noutra assembleia, também no círculo 24. Este médico do Hospital de Almada sorria e cumprimentava toda a gente, dizendo-se "felicíssimo por ter chegado ao fim uma luta de oito anos". A Constituição de um Governo de "Unidade Nacional" caso os resultados não deem a maioria absoluta a um só partido é a proposta que o Bafatá insiste em fazer.

Atmosfera pesada

Depois da votação de Domingos Fernandes Gomes avolumaram-se sinais que adensavam a perspectiva da fraude. Perto do meio-dia, vários cidadãos protestavam à porta da Comissão Nacional de Eleições pelo facto de os seus números de eleitor terem sido utilizados por outras pessoas. Quando se apresentaram para votar, já alguém tinha votado por eles. Membros de assembleias de voto de Missirá apresentavam-se à mesma hora na CNE para levar as urnas e os boletins, porque até então ninguém tinha aparecido com o material.

Ao princípio da tarde, no círculo em que votava Kumba Ialá, os eleitores já esperavam há cinco horas. Sentados a uma sombra, duas dezenas de cidadãos não arredavam pé. Por toda a cidade, desde os bairros pobres da Ajuda, Bandim, Alto Crim, Be-

lém, até ao centro de Bissau, centenas de pessoas marcavam os lugares nas filas com garrafas, latas de Coca-Cola, livros de Português, bocadinhos de papel ou de pano e refugiavam-se na sombra das árvores enquanto esperavam. De cada vez que um carro parava, cercavam-no de imediato, na expectativa de que fossem as urnas. Noutros locais, os eleitores encolhiam os ombros e gritavam à passagem dos jornalistas "Nada cá tem" (não há nada), em sinal de inconformismo.

Em tabancas próximas de Bissau, já a caminho do interior, nas zonas de Prábis e de Safim, as assembleias de voto estavam a funcionar normalmente, mas nas mesas só se encontravam delegados do PAIGC. Do Norte e do Leste, desde Bula a Bafatá e Gabá, chegavam a Bissau notícias contraditórias mas encardidas com preocupação pelos partidos de oposição, que marcaram uma reunião de emergência entre todos.

A atmosfera piorou quando o helicóptero de Nino Vieira sobrevoou os ares em direcção à Guiné-Conakry. De imediato se especulou sobre a possibilidade de Nino ter saído do país, como se admitiu ao longo de toda a semana, mas apenas a mulher e alguns familiares terão rumado para o exterior. Nino passeava-se alguns minutos depois de o helicóptero ter sido visto nos arredores da capital.

Mas em Bissau cresciam os sinais da presença policial nas ruas, com batalhões de "ninjas" a dirigirem-se de camião para a zona do palácio e o trânsito incessante de veículos governamentais pelas ruas das principais assembleias de voto. ■

Uma semana de espera

PÚBLICO, 4.7.94

O PEQUENO arquipélago de São Tomé e Príncipe encontra-se esta semana à espera de que o Presidente da República, Miguel Trovoada, cumpra o seu anunciado propósito de formar um Governo de Unidade Nacional, depois de ter exonerado no sábado o segundo executivo do Partido da Convergência Democrática (PCD).

Trovoada, que foi eleito para o cargo em 1991,

depois das legislativas ganhas pelo PCD, disse no sábado à noite que o novo gabinete deverá encontrar "soluções institucionais" numa base de consenso, com o objectivo de minimizar os problemas sociais dos 120 mil são-tomenses.

O Presidente, que fora primeiro-ministro durante a I República, protagonizada pelo MLSTP, falou da necessidade urgente de se acabar

com o perigo de levantamento social, pois que para hoje, amanhã e depois estava convocada uma greve geral. Mas alguns observadores estimam que o principal motivo da exoneração do Governo Norberto Costa Alegre foi impedir que o pessoal do PCD organizasse as próximas legislativas, com todas as vantagens decorrentes de se controlar a máquina do Estado.

Receia-se agora que a violência das forças políticas recrudescer e que a precária estabili-

dade de que o país goza possa ser posta em causa, 19 anos após a proclamação da independência. Mas outro risco sério é o da paralisia da máquina administrativa, cuja debilidade congénita não resistirá a guerrilhas e convulsões prolongadas.

Carlos Espírito Santo, líder do jovem partido Aliança Popular (AP), considerou a exoneração "uma decisão política reprovável e reveladora da incapacidade do Presidente da República reforçar a democracia no país"; se bem que tenha notado

Continua na pág. 13

Comentário

António Soares Lopes, em Bissau

PÚBLICO, 4.7.94

O país do PAIGC

INDEPENDENTEMENTE de quem ganhar estas eleições, adivinha-se o fim do regime monolítico implantado pelos guerrilheiros do PAIGC em 23 de Setembro de 1963 nas colinas do Boé, após 13 anos de uma guerra tida como a mais dura das ocorridas nas antigas colónias portuguesas em África.

Numa primeira fase, ao Governo do PAIGC, dirigido em Bissau por Luís Cabral, foram concedidos os mais diferentes apoios. Países nórdicos, o bloco socialista do Leste europeu, as democracias ocidentais, todos acenavam com simpatia aos governantes saídos das matas do interior da Guiné.

Mas cedo os novos inquilinos da Praça dos Heróis Nacionais começaram a manifestar alguma dificuldade na gestão política e económica do país. A tentativa de Luís Cabral de avançar pela via da industrialização imediata fez surgir no interior do próprio partido vozes discordantes, contrapondo a tese de que o futuro passava pela agricultura. Entre hesitações e projectos diferentes de modelo de sociedade, iam surgindo focos de descontentamento e, por isso mesmo, depurações internas.

De facto, o PAIGC tentava pautar a sua política pelos manuais do Kremlin "adaptados à realidade". Aplicava o princípio do centralismo democrático e porfiava na economia centralizada. O Estado apoderou-se de tudo, hotéis, restaurantes, bares, empresas rodoviárias, para acto contínuo demonstrar a sua incapacidade e falta de vocação para os administrar.

Assim, quatro anos após a festa da independência, não havendo uma situação de fome, o país enfrentava já situações de penúria alimentar acentuada. As lojas ficaram vazias e os mercados metiam dó com as suas mesas nuas. Até o pão escasseava, provocando intermináveis bichas ao longo das poucas padarias que teimosamente insistiam em manter as portas abertas. A crise atingia com dureza os hospitais. Morria gente por falta de medicamentos embora a assistência médica fosse gratuita.

E chegou também o tempo dos ajustes de contas. Aos ex-militares dos comandos africanos e alguns colaboradores do Governo colonial, eram ciclicamente atribuídas tentativas de desestabilização. Depois de presos, muitos não voltaram a ser vistos.

Continuação da pág. 12

Uma semana de espera

haver o Governo "cometido vários erros".

Gabinete de gestão

Para a AP, deverá formar-se agora um gabinete de gestão, liderado por um dirigente do PCD, e não um Governo de iniciativa presidencial, "que teria como primeiro-ministro alguém que servisse as ambições pessoais do Presidente da República".

Quanto ao próprio PCD, chefiado por Leonel d'Alva, presidente da Assembleia Nacional, e por Daniel Daio, que foi primeiro-ministro de Janeiro de 1991 a Maio de 1992, tendo então sido exonerado por Trovoada e substituído por Costa Alegre, levou mais de 24 horas a digerir a notícia da exoneração, dada ao princípio da tarde de sábado pela Rádio Nacional.

ção Nacional.

O novo gabinete que Miguel Trovoada pretende constituir ficará em funções até o povo ser chamado novamente às urnas, "na devida altura", o que se imagina que não demore muitos meses, pois que a presente legislatura deverá terminar no princípio do próximo ano e o Presidente talvez ainda queira dissolver o Parlamento antes disso.

As formações políticas existentes no arquipélago são, além do PCD e do MLSTP, liderado este último por Carlos Graça, a Acção Democrática Independente (ADI), formada à sombra de Trovoada, a Coligação Democrática de Oposição (Codo), a pequeníssima Frente Democrática Cristã e, agora, a novel AP, cujo líder ainda continua a viver em Portugal. ■

Conceição Lima, em São Tomé

A 14 de Novembro de 1980, os militares que apearam Luís Cabral do poder deram a conhecer ao país uma lista das vítimas do regime e contaram que, depois de mortos, tinham sido colocados em valas comuns. O PAIGC, o seu passado e o seu projecto estavam implicitamente em causa.

Dá-se então a ruptura com Cabo Verde: o programa de unidade entre os dois países é posto de lado e, com a subida ao poder de Nino Vieira, Bissau vive momentos de um certo isolamento, pois muitos dos parceiros tradicionais pareciam não compreender a razão do recurso às armas.

Nino procura apoios com base em críticas violentas ao seu antecessor. Fala de má governação, nepotismo, amiguismo, eliminação física de adversários políticos de ontem e promete "o fim das mananças e das arbitrariedades" e o início de uma política de concórdia nacional.

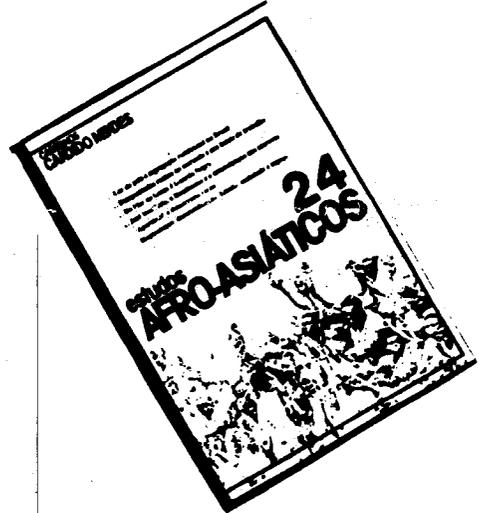
Argumentos fortes que fazem o país render-se perante o antigo comandante guerrilheiro que é alvo de enormes manifestações de carinho popular. Uma intensa campanha diplomática devolve ao país os seus créditos, surgindo novos financiamentos e uns tantos projectos.

Lentamente, o Governo ensaia medidas correctivas até que opta declaradamente pela liberalização comercial que num ápice atinge toda a área económica e financeira. Dá-se espaço à iniciativa privada e é elaborado um código de investimento estrangeiro. Enfim, é o corte com o passado. Mas tudo isto acaba por ter reflexos no regime político também questionado pelos ventos de democracia que atingiam o continente africano.

No entanto, também a direcção política e governativa de Nino começa a ser posta em causa pelos seus próprios companheiros que o criticam por concentrar todo o poder, proteger um grupo de pessoas, não respeitar as "promessas de 14 de Novembro e quebrar o diálogo". Seguem-se períodos de purgas, traições, tentativas de golpe de Estado, condenações à morte...

Com o dealbar da democracia surgem mais de uma dezena de partidos políticos, sendo alguns deles compostos por antigos militantes e até dirigentes dissidentes do PAIGC. Têm dificuldades de criar uma plataforma de entendimento, mas são unânimes nas críticas ao actual regime a que imputam casos de eliminação física de companheiros de luta, crimes políticos, corrupção, empobrecimento e endividamento do país.

Muitos dos opositores não têm pejo em dizer nos comícios populares e nos tempos de antena que a governação de 14 anos de Nino foi mais nefasta que a de Luís Cabral que, no entanto, continua a ser "persona non grata" nestas paragens. ■



OS GENERAIS DA UNITA REJEITAM POSIÇÕES DA ONU — O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da UNITA, general Arlindo Chenda Isaac Pena, "Ben-Ben", declarou ontem, num comunicado transmitido ao PÚBLICO, que os seus generais rejeitam as ameaças das Nações Unidas quanto à aplicação ao partido de mais sanções, no caso de persistir na reivindicação do governo da província do Huambo. O Estado-Maior das forças de Savimbi disse que nenhum acordo será assinado em Lusaca sem a aprovação dos militares da UNITA; e que estes não permitirão que a Comissão Política ceda a governação do Huambo. Por outro lado, o Presidente sul-africano, Nelson Mandela, anunciou ontem que espera encontrar-se dentro de uma semana, no máximo, com Jonas Savimbi e que tentará promover depois uma reunião entre o líder da UNITA e o Presidente José Eduardo dos Santos, depois de já nesta quinta-feira o chefe de Estado angolano conferenciar em Pretória com o seu homólogo do Zaire, Mobutu Sese Seko.

PÚBLICO, 5.7.94

Restos mortais do cónego Manuel Neves regressam hoje a Luanda

O padre que provocou a guerra colonial

PÚBLICO, 5.7.94

António Marujo

Criou escolas nos muceques de Luanda, esteve por detrás de diversas movimentações independentistas. Padre angolano, braço direito do arcebispo de Luanda, o cónego Neves foi preso pela PIDE em 1961, numa vaga de prisões e deportações que atingiu uma dezena de padres. Mas Manuel Neves era a referência do grupo, e é ele que, já na década de 50, diz: "É preciso um grande levantamento" contra o colonialismo. Em 1961, surgiu a hipótese. Hoje, os seus restos mortais regressam a Luanda para três dias de homenagem.

Pouco anos antes de ser preso pela PIDE, o cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves dizia a Joaquim Pinto de Andrade, então um jovem padre: "Meu filho, é preciso um grande sobressalto nacional, é preciso organizar um levantamento, um acto espectacular que faça a ruptura com o passado". Mas isso seria um banho de sangue, replicava Pinto de Andrade. "Eu sei, mas é preciso desmascarar a paz podre que Portugal aqui mantém".

A hipótese surgiu em 1961. Depois do assalto ao Santa Maria, protagonizado por Henrique Galvão, Luanda estava cheia de jornalistas estrangeiros, à espera que o barco ali aportasse. Em outra conversa, o cónego Neves tinha dito a Pinto de Andrade que, para fazer o levantamento, bastava ter armas brancas e jornalistas estrangeiros contactados. A oportunidade surgira.

Pela mesma altura, de passagem por Luanda, estava também Adlai Stevenson, o representante do presidente norte-americano Eisenhower à Conferência de Bandung. O cónego encontrou-se secretamente com ele e falou-lhe da vontade de independência que

havia em muitos angolanos.

Depois do levantamento e do início da guerra no Norte de Angola, em 15 de Março, a PIDE não hesitou: Manuel das Neves estava demasiado identificado com as aspirações nacionalistas dos angolanos. Detido pela polícia política no dia 23 de Março, foi deportado para a Cadeia do Aljube, em Lisboa, no mês seguinte. Só meses depois, e graças à pressão e ao apoio do então arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, e do nuncio do Vaticano em Lisboa, monsenhor Panico, o cónego Neves foi transferido para a casa dos padres jesuítas em Soutelo, onde ficaria detido sob residência fixa. E onde morreria a 11 de Dezembro de 1966.

Pinto de Andrade, numa ocasião em que estava sob residência vigiada no Mosteiro beneditino de Singeverga (Santo Tirso), conseguiu iludir a vigilância da PIDE e deslocar-se a Soutelo, de onde Manuel das Neves nunca pôde sair. Ali, recorda uma familiar do cónego, o ex-vigário-geral de Luanda sofria demasiado com o frio. Mas nem com os insistentes pedidos do arcebispo de Luanda o cónego foi transferido.

A PIDE, aliás, não o deixaria sosegado mesmo depois de morto: preparada para regressar a Angola, a urna foi tomada pela polícia política, que a enterrou semi-clandestinamente durante a noite.

Um homem de contrastes

Foram dois anos negros para a Igreja que estava em Angola. Um ano antes, fora preso Joaquim Pinto de Andrade. O cónego Manuel Franklim da Costa foi também enviado para Portugal. Em 1961, a par de Manuel Neves, enviados também para o Aljube, foram presos outros quatro padres angolanos: Domingos Gaspar, Alfredo Osório Gaspar, Martinho Samba e Lino Guimarães. António da Silva Maia, padre português, foi também preso. Os padres Alexandre do Nascimento, hoje arcebispo de Luanda, e Vicente Rafael, foram também expulsos para Portugal. Ao todo, dez membros do clero católico, quase todos em lugares de responsabilidade, foram detidos ou exilados por razões políticas.

O cónego Neves era, entre eles, talvez a mais importante referência, apesar de discreto. Sereno, expressando-se em voz baixa, bondoso, com um

grande desapego aos bens materiais. Enquanto pároco da Sé, entre 1950 e a sua prisão, Manuel Neves montara o seu quarto — Pinto de Andrade recorda-se bem — com um pequeno tabique colocado ao fundo de um dos corredores. Ali tinha uma cama e um pequeno lavatório e, do lado de fora, uma mesa para trabalho. "Dava-se a toda a gente, auxiliava as pessoas, era um espírito alegre", recorda o seu antigo colaborador.

Mas o cónego era um homem de contrastes. "Muito hermético nas suas ideias profundas acerca do nacionalismo, que só poucos percebiam." E capaz de se arrebatar com os actos de heroísmo, quase loucos, como os que estariam na origem do 4 de Fevereiro.

Nascido no Golungo Alto, Cuanza Norte, em 25 de Janeiro de 1896, filho de uma angolana e de um colono português, Mendes das Neves teve um outro irmão perseguido pela PIDE e deportado para Cabo Verde em 1959.

Entrou no Seminário de Luanda em 1907 e foi ordenado padre em 1918. Em 1935, é nomeado pároco de São Paulo dos Muceques, onde esteve até 1948. "Consciente de que um povo analfabeto é um povo escravo", como refere Pinto de Andrade, organiza diversas actividades para promoção das mulheres africanas, a par da Escola Missionária, uma das quatro (todas religiosas) que os naturais de Angola podiam frequentar em Luanda.

Entre 1950 e Março de 1961, já com o bispo Moisés Alves de Pinho, exerceu as funções de vigário-geral da diocese, além das de pároco da Sé. O seu trajecto religioso confundia-se com a vontade de intervenção política: representou as populações indígenas no Conselho do Governo e no Conselho Legislativo de Angola, entre 1954 e 1958, considerando que devia usar esse meio para defesa dos "condenados da terra"; e presidiu à Liga Nacional Africana, uma associação que congregava os independentistas angolanos, onde também defendeu a extensão do ensino a toda a população.

"O cónego é que deu a ordem"

Depois da independência de Angola, o regime presidido

por Agostinho Neto não queria que se falasse muito da Igreja. Logo, uma figura como o cónego Neves não era muito querida por alguns sectores, apesar do seu papel na luta pela autonomia do país.

Na primeira comemoração, recorda Pinto de Andrade, os homens do 4 de Fevereiro desobedeceram às vontades que queriam impor o silêncio e o comandante Paiva Domingos da Silva foi claro: "O cónego Neves é que deu a ordem". No ano seguinte, a referência a Manuel das Neves já foi apenas passageira. À terceira, o mesmo Paiva da Silva já dizia que tinha sido "do camarada Agostinho Neto" que viera a ordem para a insurreição. No ano seguinte, Paiva da Silva revigorava-se: "Querem-me proibir de falar do cónego Manuel das Neves"...

De hoje até quinta-feira, sucedem-se os cortejos de homenagem, promovidos por uma comissão de cidadãos, que pediu depois o apoio "da Igreja e do Estado". Pinto de Andrade só lamenta que o país não esteja em paz: "Pode ser que a cerimónia tenha um sentido pedagógico para o momento presente da vida angolana", diz ao PÚBLICO. O mesmo desejo, com óbvios destinatários políticos, que expressará no cemitério do Alto das Cruzes, na próxima quinta-feira, na última evocação de Manuel Neves: "Mais do que nunca, é preciso que os angolanos percorram caminhos de reencontro, de reconciliação e de paz; parem de se destruir mutuamente; deponham as armas, deixem as fontes do moderno nacionalismo pan-angolano e aprendam com os nossos maiores as grandes lições do patriotismo e unidade nacional".

O cónego Neves é uma referência para os angolanos de todas as tendências políticas, sublinha o seu antigo companheiro, e tinha contactos com gente de todos os partidos. Por isso, dirá também Pinto de Andrade no Alto das Cruzes, os angolanos devem aceitar "o desafio do presente, que é o da reconciliação e da paz, o da reconstrução material e moral da nação, o da reparação do tecido social esfarapado". Para que Manuel Joaquim Mendes das Neves descanse em paz. ■

Mitterrand na Cidade do Cabo

França projecta-se na África Austral

PÚBLICO, 5.7.94

O PRESIDENTE francês François Mitterrand fez questão em ser o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar a nova África do Sul, numa homenagem ao regime saído das primeiras eleições multirraciais de Abril, mas também numa confirmação dos interesses franceses e europeus em África. A questão do Ruanda estará também na agenda do seu encontro com Mandela.

Discursando na Assembleia Nacional, na Cidade do Cabo, Mitterrand saudou "a vitória de um povo sobre o medo e a intolerância", dando largas, depois, às ambições gaulésas na África Austral, no âmbito de uma parceria na região. "A minha ambição é que a França se coloque ao vosso lado. A França oferece-se-vos como parceira, com os seus meios mas também com o seu ideal", disse o Presidente visitante.

"Vamos esforçar-nos no seio das instituições internacionais por sermos agora vossos amigos e vossas testemunhas, e, como República Francesa, contribuiremos o melhor que

pudermos para o desenvolvimento da África do Sul", prometeu Mitterrand.

"Dou as boas vindas ao proeminente cidadão do mundo Presidente François Mitterrand, um lutador da liberdade e um amigo da África do Sul democrática", disse a "speaker" Frene Ginwala em nome dos 490 deputados do parlamento.

"François Mitterrand é uma personalidade que marca todo o mundo ocidental do pós-guerra e alguém que deu um especial apoio ao nosso Presidente após a sua libertação da prisão, em 1990", disse, por sua vez, à Reuter, o ministro da Água e Florestas, Kader Asmal.

Chegado duas horas e meia antes para uma visita oficial de dois dias, o chefe de Estado gaulés consagrou o essencial da sua alocução, transmitida em directo pela estação de televisão CCV, a dar ao mundo o exemplo da "experiência única que decorre na África do Sul".

A única nota desagradável para Mitterrand terá sido uma pequena manifestação de fundamentalistas islâmicos que gritaram, à sua chegada, "Morte à França", em protesto contra o envolvimento gaulés na sua antiga coló-

nia da Argélia, ao lado dos militares, no poder, e por causa dos entraves que o Governo de Paris tem levantado ao uso, pelas estudantes muçulmanas em França, das vestes tradicionais reservadas às mulheres muçulmanas.

"Operação Turquesa"

Paris alimenta grandes esperanças sobre a contribuição que a França, país "de tradição africana", e a África do Sul, novo estado multirracial, podem trazer à estabilidade económica africana.

Entre os temas a abordar nos encontros quer com o seu homólogo sul-africano, Nelson Mandela, quer com outros altos dirigentes sul-africanos, a questão do Ruanda será certamente um deles, previu ontem a agência France Presse.

A França iniciou há uma semana uma delicada operação militar e humanitária no pequeno país dilacerado por uma guerra civil entre tutsis e hutus e onde já morreram pelo menos meio milhão de pessoas. Mas a África do Sul, que acaba de ser

admitida na OUA (Organização de Unidade Africana), observa em relação ao "dossier" ruandês uma posição reservada.

Os meios de negócios estão interessados na África do Sul. Para além dos ministros da Economia, Cooperação e Acção Humanitária, respectivamente Edmond Alphandéry, Michael Roussin e Lucette Michaud-Chevry, uma dezena de empresários, entre os quais o presidente do Centro Nacional do Patronato francês, François Périgot, integram a delegação visitante.

Mas as agências sublinharam duas ausências, as do antigo Presidente Frederik de Klerk, e da mulher do dirigente visitante, Danielle Mitterrand, que uma longa amizade liga a Nelson Mandela.

Fatigada, segundo a AFP, a mulher de Mitterrand teve de renunciar à viagem, que representa cerca de dez horas de voo entre Paris e a Cidade do Cabo. Quanto a De Klerk, que Mitterrand associou sempre a Mandela na homenagem que fez à nova África do Sul, terá recebido mal o facto de se ter tornado o "número três" do regime e não quis abdicar de uma deslocação ao estrangeiro há muito agendada. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes.

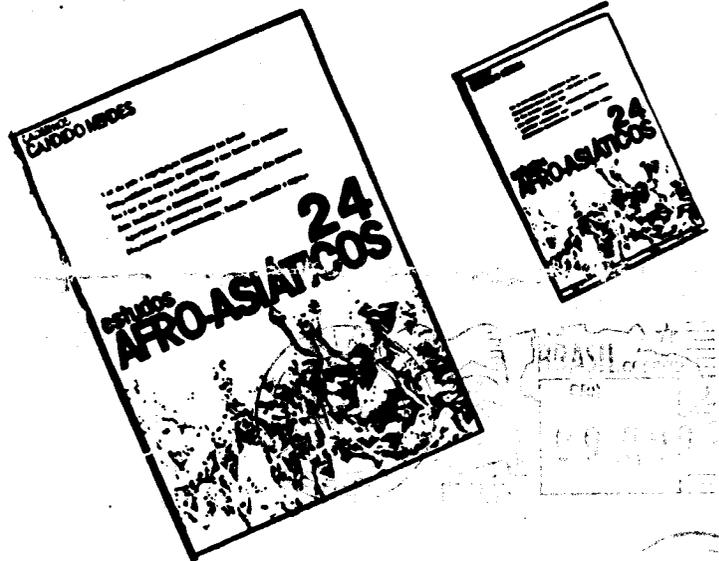
Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roguinaldo Amarel Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição).

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*):

Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.

- Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00.

WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O